



[Handwritten signature]

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FAFE, REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZASSETE

-----Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e dezassete, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão ordinária, sobre a presidência de **Laurentino Dias**, o **Primeiro Secretário** – Manuel Salgado e a **Segunda Secretária** – Sílvia Soares. Verificada a existência de quórum, pelo Presidente da Assembleia Municipal foi declarada aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e trinta minutos.-----

-----De seguida, pelo **Presidente da Mesa**, foram anunciados os seguintes pedidos de *suspensão*: pelo período de trinta dias, José Manuel Gonçalves Domingues, eleito pelos IPF; Susana de Fátima Pinto Cortez de Almeida, Rui Sandro Novais da Silva e Armando Cunha Pereira Mota todos eleitos pelo PSD.-----

-----Colocados a votação, **foram aprovados, por unanimidade.**-----

-----Tomaram assento, os elementos que se seguiam na respetiva lista, por se encontrarem presentes na sala, registando-se a presença de quarenta e seis Membros.-----

-----O **Presidente da Mesa** informou a Assembleia da existência de uma proposta para Nomeação de Auditor Externo que, por lapso, não constava na Convocatória e dado tratar-se de uma obrigação legal, a Câmara pretendia que a mesma fosse inserida na Ordem de Trabalhos desta sessão. A Mesa não tinha legitimidade de o fazer, a não ser que as forças políticas presentes e todos os membros da Assembleia o permitissem. Atendendo a que nenhum membro se opôs, o **Presidente da Mesa** comunicou que esta proposta seria incluída num último ponto.-----

-----Em seguida, o **Presidente da Mesa** procedeu à leitura do expediente da Assembleia que ficou à disposição dos Membros, para que, querendo, o consultassem.

-----Passou para o **período de Antes da Ordem do Dia.**-----

-----Pelo **Presidente da Mesa** foi dito que, cumprindo-se o que tinha sido deliberado na última sessão, se iria discutir a **Moção apresentada pela CDU sobre Transferências de Competências para as Autarquias.**-----



-----Solicitou a palavra **Jorge Adélio Martins Pereira da Costa, eleito pelo PSD**, para dizer que o PSD concordava com o tema e entendiam que se devia rever e aumentar as transferências de competências na área do poder local, no entanto a forma como essa moção tinha sido escrita e alguns dos seus considerandos, faziam com que votassem contra esta moção.-----

-----Usou da palavra **Joaquim Magalhães, eleito pelos IPF**, para dizer que no geral concordavam com esta moção, no entanto, a mesma tornava-se extemporânea porque a criação das regiões não eram possível, nesta altura, sem a realização de um referendo, pelo que iriam abster-se.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada à votação, **rejeitada, por maioria, com vinte e dois votos contra, dezasseis abstenções e um voto a favor.**-----

-----Posteriormente, passou-se ao **período de intervenções.**-----

-----Fez uso da palavra **Alexandre Dias Leite, eleito pelo CDU**, para fazer uns reparos nomeadamente sobre um artigo do jornal no qual se referia a uma passadeira na Rua de Angola que, embora tenha um sinal a indicar a mesma, não estava pintada. Lembrou que em fevereiro de 2015, a Assembleia tinha aprovado uma recomendação para que a Câmara elaborasse um Regulamento de Cedência de Edifício, pelo que questionou sobre a estado do mesmo. De seguida, abordou o tema da intervenção na piscina municipal que embora estivesse previsto no orçamento, ainda não tinha começado. Terminou falando sobre o contrato para realização do evento Terra Justa, que este ano tinha sido adjudicado a uma empresa diferente dos anos anteriores, e que tinha sido criada quinze dias antes do evento.-----

-----Solicitou a palavra **José Augusto Pereira Rodrigues, eleito pelo PSD**, para questionar o Presidente da Câmara sobre o abastecimento de água às freguesias do norte de concelho, inclusive à Freguesia de Monte e Queimadela, uma vez que tinha prometido que esse assunto seria concluído até final deste mandato. Teceu alguns comentários sobre a situação política do concelho. Por fim, falou nas freguesias com mais necessidades, entendia que os Presidentes de Juntas deviam ser solidários e avaliar quais as freguesias mais necessitadas de modo a que o desenvolvimento do concelho fosse harmonioso.-----



-----Foi dada a palavra a **Armindo Manuel Tavares Fernandes, eleito pelo PS**, para tecer alguns comentários sobre a intervenção do deputado José Augusto Pereira Rodrigues relativamente à situação política do concelho. Relativamente ao evento Terra Justa, referiu que esta terceira edição tinha tido uma cobertura nacional e internacional, existia um verdadeiro interesse pela parte das pessoas convidadas para estarem presentes. Lamentavelmente, na sua opinião, nem sempre com a presença do público que era desejado, sendo que na parte da organização não havia reparos a fazer porque quando se tinha em Fafe os presidentes de Instituições como a UNICEF, a Fundação Champalimaud ou o Instituto de Apoio à Crianças, era sinal que o evento era muito importante. Terminou, dizendo que o espetáculo de encerramento no pavilhão multiusos tinha sido extraordinário, tendo tido uma organização impecável com uma assistência formidável e acima de tudo o concurso das duas orquestras tinha sido inolvidável, pelo que o Partido Socialista agradecia à Câmara a aposta nesse tipo de eventos.-----

-----De seguida, usou a palavra **Pedro Manuel Lopes Magalhães, eleito pelo PSD**, para dizer que faltavam cinco meses para o final do mandato e, talvez estivesse na hora de fazer um balanço daquelas que tinham sido as políticas para a juventude que o Município tinha promovido. Fazia um ano que o Presidente da Câmara tinha afirmado, nessa Assembleia, que a Casa da Juventude seria uma realidade para todos os jovens fafenses, tinha prometido que até ao final do mandato iria providenciar um espaço onde os jovens poderiam dar asas à sua imaginação, pelo que solicitou esclarecimentos. Relembrou que várias medidas implementadas no Município tinham sido apresentadas pelo PSD, por proposta da JSD, tais como as bolsas para os estudantes universitários, o alargamento do horário da biblioteca municipal, entre outros. Falou do Cartão Jovem Municipal que precisava de ser modernizado.-----

-----Solicitou a palavra **Jorge Adélio Martins Pereira da Costa, eleito pelo PSD**, para tecer comentários sobre a intervenção do deputado Armindo Tavares.-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que prestou os seguintes esclarecimentos:-----

- Sobre a passadeira na Rua de Angola, informou que a mesma iria ser pintada brevemente;



- Relativamente ao Regulamento da Cedência dos Edifícios, já tinha sido solicitado aos Serviços a elaboração do mesmo, mas o facto de não ter havido proposta de cedência nestes últimos tempos, acabou por adiar a sua conclusão, no entanto comprometia-se a trazer uma proposta numa das próximas sessões;-----

- Sobre a piscina municipal, era um facto que a mesma estava degradada, tendo informado que, para este ano, estavam projetadas intervenções profundas na mesma, através de uma candidatura que estava à espera de um parecer da ANMP que se encontrava em negociação com Bruxelas, para que a mesma fosse a fundos perdidos. No entanto, os projetos já estavam a ser elaborados;-----

- Sobre o Terra Justa, o contrato tinha o mesmo valor do ano passado, a empresa a quem a qual o mesmo tinha sido feito era a empresa que tinha o pessoal adequado para que o serviço fosse prestado com qualidade que era pretendida;-----

- Sobre o abastecimento de água em Queimadela, disse que havia mais de um milhão de euros para investir em água, provenientes de fundos comunitários, o concurso estava em curso, estando na fase de análise das propostas;-----

- Relativamente às questões colocados pelo deputado Pedro Magalhães, disse que este Executivo tinha o mérito de acolher as propostas e as ideias que iam chegando, estando, na maior parte, em consonância com todas as forças políticas presentes no Município. Relativamente à Casa da Juventude, espera que até ao final do mandato, estivesse resolvida, e muito brevemente;-----

- Terminou dizendo que as incubadoras de empresas, como era sabido, estavam no plano de desenvolvimento do Município e com financiamento garantido.-----

-----O **Presidente da Mesa** deu como terminado o período de Antes da Ordem do Dia, passando-se, imediatamente, para o **Período da Ordem do Dia - Ponto dois ponto um – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade Municipal.** -----

-----**A Assembleia tomou conhecimento.**-----

-----Não havendo intervenção, passou-se, imediatamente, ao **Ponto dois ponto dois – Apreciação e votação de Proposta da Câmara de 2.ª Revisão aos documentos provisionais de 2017;**-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para apresentar a proposta.-----



-----Não havendo intervenções, foi colocada à votação, tendo sido **aprovado, por maioria, com uma abstenção.**-----

-----Passou-se, posteriormente, para o **ponto dois ponto três - Apreciação da informação da Câmara relativa aos compromissos plurianuais assumidos no 1.º trimestre de 2017;**-----

-----**A Assembleia tomou conhecimento.**-----

-----Em seguida, passou-se ao **ponto dois ponto quatro – Apreciação e votação da proposta da Câmara relativa à Prestação de Contas de 2016;**-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que começou por dizer que se tratava de um documento técnico e muito detalhado cujas contas tinham sido auditadas pela auditoria externa tendo merecido um comentário favorável, sem reparos. Salientou a boa taxa de execução da despesa; uma ainda grande capacidade de endividamento; um enorme e perfeito equilíbrio financeiro, pelo que a Câmara estava numa boa situação financeira e saldo de gerência positiva.-----

-----Usou da palavra **Manuel Fernando Marinho Alves, eleito pelo IPF**, que iniciou a sua intervenção destacando o excelente trabalho desenvolvido pelo Departamento de Gestão Financeira e, por isso, não existia da sua parte razões para se opôr às contas apresentadas. Prosseguiu dizendo que, de certa forma, a prestação de contas media o desempenho financeiro das decisões políticas tomadas pelo Presidente da Câmara, pelo que entendiam que o voto deles não poderia ser negativo. Relativamente às contas de 2016, apresentou alguns reparos, nomeadamente sobre o grau de execução das despesas de capital que tinha sido de 70,61%, o que queria dizer que prometia muito investimento, mas que o mesmo não passava do papel, uma vez que havia um conjunto de obras prometidas para o ano de 2016 e que não tinham sido executadas. As despesas correntes tinham vindo a aumentar e que o Município tinha cumprido com a regra do equilíbrio orçamental. Realçou o facto do Município ter cumprido os limites de endividamento, nos termos da legislação em vigor. Falou sobre os custos com transferências e subsídios correntes ou seja das transferências efetuadas para as freguesias, para as escolas e para as associações que tinham aumentado, bem como os custos com aquisição de consultadoria. Terminou, dizendo, que tinha ficado preocupado com o resultado negativo apresentado no ano anterior e que tinha sido



com satisfação que se tinham voltado ao habitual, ou seja, resultado positivo e que as contas apresentadas eram o resultado económico e financeiro das opções do plano e orçamento para o ano de 2016 que tinha contado com a abstenção do IPF e, por esse facto, e em consonância com a posição tomada na votação, em reunião de Câmara, pelos Senhores Vereadores dos IPF, iram abster-se.-----

-----Solicitou, também, a palavra **Jorge Adélio Martins Pereira da Costa, eleito pelo PSD**, para dizer que relativamente a este documento, como era do conhecimento público o PSD tinha participado na elaboração do mesmo, tinham sido co-responsável pela sua execução, pelo que iam votar favoravelmente. Prosseguiu, dizendo que, a sua execução tinha decorrido com alguns desvios do que tinha sido planeado, no entanto, a avaliação, na globalidade, era aceitável. Deixou um reparo sobre os procedimentos de prestação de serviço que, segundo rumores, estavam atrasados e que carecia de atenção especial, no futuro.-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para explicar que os prazos de pagamentos eram cumpridos rigorosamente e atempadamente. Este ano, apenas tinha acontecido um não pagamento, bem como uma transferência de verbas avultadas que tinham a ver com as refeições e transportes escolares que, apesar da insistência e das verbas estarem disponíveis e por razões que não eram da responsabilidade do Município, não tinha sido possíveis pagar em 2016, tendo o mesmo transitado para 2017. Essa situação prejudicava muito o Município uma vez que a Lei da Contratação Pública não permitia que, este ano, se fizessem aquisições de serviços para além do que já tinha sido pago no ano anterior.-----

-----**A Assembleia deliberou, por maioria, com sete abstenções, aprovar.**-----

-----A seguir, passou-se ao **ponto dois ponto cinco - Apreciação e votação da proposta da Câmara de aplicação do resultado líquido do exercício de 2016;**-----

-----Não havendo intervenções, passou-se de imediato à sua votação, tendo, sido **aprovado, por unanimidade.**-----

-----De seguida, passou-se para o **ponto dois ponto seis – Apreciação do Mapa de Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva Avaliação – Ano de 2016;**-----

-----**A Assembleia tomou conhecimento.**-----



-----De seguida, passou-se para o **ponto dois ponto sete - Apreciação e votação da proposta da Câmara de doação da Capela de Santo André e Leira da Capela da Ponte à Freguesia de Golães;**-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para dizer que se tratava de uma ambição do povo de Golães e do seu Presidente de Junta que faziam muita questão de ficar a zelar e cuidar dessa Capela que muito dizia aquela freguesia, pelo que considerando a opções política do Município de acreditar e transferir para as juntas de freguesias o maior número de competências possíveis, era justa esta decisão.-----

-----Solicitou a palavra **Alexandre Dias Leite, eleito pela CDU**, para, tal como já o tinha feito no período de antes da ordem do dia, perguntar ao Presidente da Câmara sobre a situação do Regulamento de cedência de edifícios.-----

-----Não havendo intervenções, foi colocada à votação, tendo sido **aprovado, por maioria, com uma abstenção.**-----

-----Passou-se para o **ponto dois ponto oito - Apreciação e Votação de proposta da Câmara de reconhecimento do interesse público municipal na legalização de uma atividade industrial, sita na rua de Agrela, freguesia de Fafe, requerido por Gravotextil, S.A;**-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que sugeriu que os pontos 2.9 e 2.10, também, fossem discutidos dado tratar-se de situações idênticas, tendo explicado que existia uma legislação excecional que estabelecia um regime de regularização e alteração ou ampliação de estabelecimentos e exploração de atividades industriais ou outras incompatíveis com instrumentos de gestão territorial, ou seja, era a oportunidade dessas empresas adequarem a sua instalação ao Plano Diretor Municipal e tinha, de apresentar esses documentos até junho na CCDR e nos termos, dessa legislação, precisavam de ver reconhecido o eu interesse público municipal pela Assembleia. Eram empresas com muitos postos de trabalho.-----

-----Foi dada a palavra a **Alexandre Dias Leite, eleito pela CDU**, para dizer que o reconhecimento de interesse público municipal deveria ser apresentado com uma proposta de fundamentação detalhada que permitisse compreender as razões pelo qual o mesmo era necessário, pelo que propunha que a votação fosse aditada dado não ter sido remetida informação suficiente.-----



Handwritten signature or initials.

-----Pelo **Presidente da Mesa** foi dito que só se adiaría a votação destes pontos sobre proposta apresentada e votada pela Assembleia, tendo lembrado que esse processo tinha um prazo e, que, o mesmo terminava em julho, e sem prejuízo das considerações apresentadas estavam em causa à volta de duzentos e vinte postos de trabalho.-----

-----Solicitou, também, a palavra **Jorge Adélio Martins Pereira da Costa, eleito pelo PSD**, para dizer que não concordavam que a votação fosse adiada, tendo em conta a importância do assunto.-----

-----Foi dada a palavra a **Joaquim Magalhães, eleito pelos IPF**, para solicitar à Câmara a divulgação desta legislação que terminava em julho, podendo, se houvesse necessidade, trazer se à próxima sessão de junho, situações pendentes.-----

-----Por fim, solicitou a palavra, **Manuel Fernando Marinho Alves, eleito pelo IPF**, para tecer alguns comentários sobre a intervenção do deputado Alexandre Leite.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada à votação, tendo sido ***aprovado, por maioria, com uma abstenção.***-----

-----De seguida, passou-se para o **ponto dois ponto nove - Apreciação e votação de proposta da Câmara de reconhecimento do interesse público municipal na legalização de uma atividade industrial, sita no Lugar de Roriz, Freguesia de Cepães e Fareja, requerido por Oscar – Confeções, Ld^a;**-----

-----Não havendo intervenções, foi colocada à votação, tendo sido ***aprovado, por maioria, com uma abstenção.***-----

-----De seguida, passou-se para o **ponto dois ponto dez - Apreciação e votação de proposta da Câmara de reconhecimento do interesse público municipal na legalização de uma atividade industrial, sita no Lugar de Agrela, freguesia de Fafe, requerida por Davitex, S.A.;**-----

-----Não havendo intervenções, foi colocada à votação, tendo sido ***aprovado, por maioria, com uma abstenção.***-----

-----De seguida, passou-se para o **ponto dois ponto onze - Apreciação e votação de proposta da Câmara para concessão de apoio às Juntas de Freguesia para aquisição de viaturas;**-----



-----Foi dada a **palavra** ao **Presidente da Câmara** para dizer que se tratava da possibilidade da Autarquia ajudar as freguesias que estavam em dificuldades, porque possuíam um conjunto de carrinhas que estavam a perder ou iam perder a curto prazo a possibilidade de fazer transportes de crianças, a adquirir novas.-----

-----Foi dada a palavra a **Alexandre Dias Leite, eleito pela CDU**, para dizer nesta proposta os critérios estavam muito bem explicados tendo sublinhado a transparência da mesma.-----

-----Solicitou a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Revelhe** para solicitar ao Presidente da Câmara explicações sobre os escalões constantes da proposta.-----

-----Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para dizer que serão utilizados os documentos mais recentes que comprovasse o número de habitantes de cada freguesia, sendo o censo a forma mais adequada.-----

-----Não havendo mais intervenção, foi colocada à votação, tendo sido, **aprovado por maioria, com uma abstenção**.-----

-----Passou-se para o **ponto dois ponto doze - Apreciação e votação de proposta da Câmara para assunção de compromissos plurianuais para fornecimento de refeições escolares aos alunos de 1º ciclo do ensino básico e da educação pré-escolar para o ano de 2017/2018 – Concurso público**.-----

-----Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para dizer que se estava a tratar de lançar um concurso para o serviço de refeições do próximo ano letivo e que como o ano letivo abrangia dois anos implicava despesa plurianual que tinha de ser autorizada pela Assembleia Municipal.-----

-----Solicitou a palavra **Alexandre Dias Leite, eleito pela CDU**, para questionar, uma vez que se tratava de uma necessidade permanente, sobre a possibilidade de a Câmara criar um serviço próprio para fornecimento das refeições.-----

-----Usou, também, da palavra **José Augusto Pereira Rodrigues, eleito pelo PSD**, para perguntar se existia, por parte da Câmara, algum controlo nas escolas sobre as refeições que eram distribuídas, porque chegava a informação de que a sua distribuição não era feita nas melhores condições, nem em termos de qualidade.-----

-----Pelo **Presidente da Câmara** foi explicado que existiam relatórios diários e mensais e que aquando da transição do serviço prestado para a responsabilidade da



Câmara tinham surgido, na primeira semana, alguns problemas relacionados com a quantidade e com a temperatura das refeições, tendo a situação sido corrigida. Relativamente à qualidade, houve necessidade de se ajustar as ementas uma vez que, em termos de saúde, eram equilibradas mas eram adaptadas aos nossos hábitos alimentares.-----

-----Não havendo mais intervenção, foi colocada à votação, tendo sido, **aprovado por maioria, com uma abstenção.**-----

-----De seguida, passou-se para o **ponto dois ponto treze - Apreciação e Discussão da ocupação futura a dar ao Edifício Escolar do Santo, na freguesia de Fafe.**-----

-----Foi dada a palavra a **Alexandre Dias Leite, eleito pela CDU**, uma vez que a proposta tinha sido feita por ele, que solicitou à Câmara que explicasse qual o destino que pretendiam dar ao edifício.-----

-----Usou da palavra o **Presidente da Câmara** que explicou que quando tinham chegado ao Município, em 2013, tomou conhecimento que a Câmara Municipal de Fafe, em vinte e quatro de julho de 2008, tinha deliberado, por unanimidade, aprovar uma proposta feita pelo Presidente da Câmara, à data, que dizia o seguinte: “À Câmara, propondo-se que seja cedida a Escola Sede nº 1, logo que desativado do seu funcionamento, em regime de comodato, mediante protocolo em que o Jardim de Infância fique obrigado às obras de adaptação e conservação e ainda a privilegiar o emprego de residentes em Fafe e estabelecer uma quota de utentes a favor de filhos de funcionários do Município, em termos a acordar”. Essa proposta era de cedência ao Jardim de Infância de Montelongo que estava na Escola Carlos Teixeira. A escola ainda não estava disponível, pelo que, com base nessa deliberação, a Câmara estava a passar todos os anos uma declaração ao Jardim de Infância, para entrega na Segurança Social, a dizer que existia esse compromisso, permitindo assim o seu funcionamento. Prosseguiu, dizendo que, tinha recebido uma comunicação da Junta de Freguesia de Fafe, com uma proposta de cedência do edifício para instalação da sua sede, tendo já reunido com a direção do Jardim de Infância para saber qual era a sensibilidade deles relativamente a esta questão, não tendo tido grande abertura, uma vez que estavam muito fixados a este compromisso. Terminou dizendo que sempre tinha honrado os compromissos assumidos pela Câmara.-----



-----Solicitou a palavra **Jorge Adélio Martins Pereira da Costa, eleito pelo PSD**, para dizer que devia existir uma discussão mais ampla sobre este assunto, e tentar encontrar soluções que pudessem satisfazer as duas partes.-----

-----Solicitou, novamente, a palavra **Alexandre Dias Leite, eleito pela CDU**, para dizer que este assunto deveria passar por uma discussão pública.-----

-----Usou da palavra **José Augusto Pereira Rodrigues, eleito pelo PSD**, para dizer que todo este processo tinha que ser discutido novamente, até porque já tinham passado dez anos e era preciso saber se as condições se mantinham.-----

-----**A Assembleia tomou conhecimento.**-----

-----Por fim, passou-se para o **ponto dois ponto catorze - Apreciação e Votação da Proposta da Câmara de nomeação de auditor externo.**-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que explicou que era uma obrigação legal da Autarquia ter uma equipa de auditores externos permanente no Município.-----

-----Não havendo intervenções, foi colocada à votação, tendo sido, **aprovado por maioria, com uma abstenção.**-----

-----Terminada a Ordem de Trabalhos, o **Presidente da Mesa** colocou à votação a ata da sessão ordinária realizada em vinte e quatro de fevereiro de dois mil e dezassete, sendo **aprovada, por unanimidade.**-----

-----Não havendo intervenções, foi dada a palavra à Primeira Secretária, que procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. Colocada a votação, **foi aprovada, por unanimidade.**-----

-----Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente sessão quando eram meia hora e trinta minutos do dia vinte e oito de junho de dois mil e dezasseis .- E nos termos legais e regimentais se lavrou a presente ata que, nos termos do artigo cinquenta e sete do Anexo I da Lei número setenta e cinco de doze de setembro de dois mil e treze, será assinada pelos Membros da Mesa.-----
